

Trocando o investimento produtivo pela especulação financeira

25 OUT 1985

Dívida Pública

Ricardo Degenszeijn (*)

Pouco a pouco vai cristalizando-se entre o empresário e a convicção de que o problema maior com que se defronta a economia nacional é a dívida interna e suas múltiplas e danosas consequências. Ou seja, na galeria dos arquinelos da sociedade, o déficit público assumiu com desembaraço o papel até então representado pela dívida externa. Mesmo porque não há registro em nossa história recente de ORTN ou LTN protestada. De repente, percebemos que o vilão está dentro de nossas fronteiras — e não fora delas.

Na imprensa, a discussão sobre o pagamento dos débitos externos recolheu-se a um discreto segundo plano, com "picos" de informação que coincidem com as viagens de ministros à sede do Fundo Monetário Internacional, em Washington. O motivo é simples: a curto prazo, os



bancos credores não têm motivos para sobressaltos, pois a economia brasileira continuará a crescer no ano que vem e, ainda que as exportações apresentem ligeiro declínio, os superávits para fazer frente aos juros das contas externas parecem assegurados.

No cenário interno, porém, a situação é bem mais delicada: a dívida pública federal, não considerando os títulos que estão na carteira do Banco Central, poderá superar, no fim do ano, a marca dos Cr\$ 250 trilhões — 400% a mais do que os valores de dezembro de 1984. Para financiar o déficit de caixa, o governo terá de continuar a inundar o mercado com títulos que levam os juros a patamares astronômicos, garroteando nossa economia.

Nesse contexto, ganha importância a determinação da equipe econômica do governo, no sentido de cortar seletivamente os gastos públicos e promover uma queda de taxas de juros de forma não artificial. As autoridades não desconfiam que a redução no custo do dinheiro — condi-

ção indispensável para reanimar o investimento privado é contribuir para as elevadas taxas de crescimento econômico pretendidas — não pode depender apenas de pequenas alterações na condução da política da dívida pública.

Caso não haja redução dos juros reais — e considerando-se que com taxas altas a dívida pública cresce assustadoramente através do efeito "bola de neve" —, o governo, fatalmente, se verá ante duas alternativas, igualmente amargas: ou emite mais moeda e enfrenta o risco de explosão inflacionária ou eleva a arrecadação tributária e aumenta ainda mais os encargos na iniciativa privada, que se encontra debilitada por quatro anos consecutivos de recessão.

Solução simples não existe, pois estamos ante uma conjugação de dificuldades simultâneas, decorrentes de distorções ocorridas na estrutura econômica e social do País. Para fazer frente à complexidade do quadro atual é necessária a execução de um programa harmônico que contemple,

necessariamente, três medidas: a redução das taxas de juros, o combate rigoroso ao déficit público e a adoção de um programa de capitalização eficaz, que ajude as empresas, principalmente as empresas privadas nacionais, a superar o alarmante nível de endividamento com que se depa-ram na atualidade.

No momento, as empresas abarcadas pelo congelamento de preços estão sofrendo perigosa compressão de seus lucros (hoje a principal fonte de investimento) e algumas delas estão trabalhando "no vermelho". Continuar a comprimir as empresas significaria deixar o campo aberto apenas para as estatais, pois somente elas podem dever sem pagar.

Os empresários têm alertado o governo para o fato de que, caso não encontre formas de estimular os investimentos em bens de produção, corremos o risco de perder o trem do progresso. Mas, enquanto não houver desestímulo aos investimentos em papéis, será difícil convencer os industriais a aplicar mais re-

ursos em sua própria atividade. Não há investimento produtivo que supere hoje a rentabilidade obtida nas especulações financeiras.

A sociedade brasileira amadureceu para reconhecer a inviabilidade da convivência com taxas mensais de inflação de dois dígitos. A prioridade do governo é uma imposição da necessidade: golpear a inflação. Mas, para isso, precisa oferecer à comunidade empresarial uma imagem coerente, atacando de frente os problemas causados pelos descontroles, notadamente os déficits públicos. Trata-se de um problema técnico, mas que depende essencialmente de uma decisão política: as autoridades precisam explicar se vão cortar ainda mais os seus gastos, onde serão esses cortes, em quanto, ou se vão promover ajustes também em outras áreas, como, por exemplo, a política monetária.

(*) Diretor da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e presidente do grupo Formiplac.